

SIMULADO – ETICA, DIREITOS/DEVERES E SUSTENTABILIDADE NA ANAC (CEBRASPE: CA)

Como responder: marque C ou E. Responda em lista: 1C 2E 3C ...

Observacao: gabarito mais heterogeneo, com maior proporcao de itens ERRADOS para treino.

- 1 - O Codigo de Etica Profissional do Servidor Publico Civil do Poder Executivo Federal foi instituido pelo Decreto 1.117/1994 e se aplica apenas a servidores de ministerios. ()
- 2 - O Decreto 1.171/1994 preve Comissoes de Etica apenas nos orgaos da administracao direta, nao se aplicando a entidades da administracao indireta. ()
- 3 - Segundo o Codigo de Etica, o servidor nao pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contraria a interesses da propria pessoa interessada ou da Administracao. ()
- 4 - O Codigo de Etica permite que simpatias e antipatias pessoais influenciem o trato com o publico, desde que nao haja prejuizo material. ()
- 5 - O Codigo de Etica estabelece que o servidor deve abster-se, de forma absoluta, de exercer funcao, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse publico, mesmo que observando as formalidades legais. ()
- 6 - As Comissoes de Etica previstas no Decreto 1.171/1994 se limitam a orgaos da ANAC, nao alcançando outros orgaos federais. ()
- 7 - O codigo de etica e conduta dos agentes publicos da ANAC foi publicado pela Resolucao 569, de 25/06/2021. ()
- 8 - A previsao de regras escritas pode aumentar clareza e padronizacao de condutas, o que e coerente com a existencia de codigos de etica no setor publico. ()
- 9 - A etica do servidor publico se limita ao ambiente de trabalho, nao alcançando condutas fora do horario de expediente. ()
- 10 - O interesse publico pode ser relativizado sempre que o servidor tiver motivo pessoal, pois etica e sempre subjetiva. ()
- 11 - Impessoalidade pressupoe tratamento isonomico e evita favorecimentos por simpatia pessoal. ()
- 12 - O trecho do Codigo de Etica que veda interferencia de paixoes e interesses pessoais no trato alcança usuarios, jurisdicionados e colegas, independentemente da posicao hierarquica. ()
- 13 - A expressao "abster-se, de forma absoluta" reforça que o desvio de finalidade pode ser eticamente reprovavel mesmo sem ilegalidade formal. ()
- 14 - Codigos de etica sao meras pecas de comunicacao e nao tratam de deveres ou vedacoes. ()
- 15 - O Codigo de Etica federal, por ser decreto aplicavel ao Poder Executivo Federal, tem alcance geral e nao se limita a um orgao especifico. ()
- 16 - O Codigo de Etica do servidor publico federal e um decreto (nao uma lei ordinaria) e organiza parametros de conduta no Poder Executivo Federal. ()
- 17 - O Codigo de Etica afirma que a mentira pode ser aceitavel quando evita desgaste institucional, pois preserva a imagem do Estado. ()
- 18 - No contexto da ANAC, a atividade regulatoria nao envolve decisoes que afetem direitos de particulares, por isso a conduta etica individual e irrelevante. ()
- 19 - A existencia de comissoes de etica e um elemento de governanca de integridade que complementa mecanismos disciplinares e de correcao. ()
- 20 - O material menciona um codigo de etica e conduta da ANAC publicado em 2020, como guia adaptado ao ambiente institucional da Agencia. ()
- 21 - A Lei 8.112/1990 regula exclusivamente empregados celetistas de empresas estatais. ()
- 22 - O material indica ser permitido ao servidor administrar sociedade privada desde que fora do horario de expediente. ()

- 23 - O material proíbe qualquer participação societária, inclusive como acionista, por configurar exercício de comércio. ()
- 24 - O material indica que o servidor pode participar de associações e fundações, não se confundindo com exercício de comércio. ()
- 25 - Receber presentes oferecidos por quem tenha interesse em decisão do servidor é conduta proibida no material. ()
- 26 - O material trata brindes e hospitalidades como presentes e, por isso, sempre proíbe seu recebimento. ()
- 27 - O abandono de cargo ocorre apenas quando a ausência supera 90 dias consecutivos, independentemente de intencionalidade. ()
- 28 - A inassiduidade habitual se caracteriza por mais de 60 dias corridos, no período de 12 meses. ()
- 29 - A Lei 12.813/2013, citada no material, trata de conflito de interesses e pode vedar o uso de informação privilegiada do cargo para obter vantagem privada. ()
- 30 - O material permite usar informações privilegiadas do cargo para vantagem privada, desde que não gere dano financeiro ao Estado. ()
- 31 - A lista de condutas proibidas no material é apresentada como "dentre outras", indicando que não é exaustiva. ()
- 32 - O material afirma que a Corregedoria atua apenas na fase de punição, sem atividades investigativas. ()
- 33 - O material define abandono e inassiduidade com os mesmos limites de dias e no mesmo formato. ()
- 34 - O material aponta como proibição a participação em gerência ou administração de sociedade privada, mas admite exceção para acionista, cotista ou comanditário. ()
- 35 - Abandono de cargo e inassiduidade habitual são institutos distintos, com critérios diferentes de caracterização. ()
- 36 - A disciplina conclui que foram abordadas atividades da Corregedoria, deveres e condutas proibidas, em linha com a perspectiva correccional no âmbito da ANAC. ()
- 37 - O material afirma que presentes são permitidos quando não há expectativa de contrapartida, dispensando regra formal. ()
- 38 - O material equipara participação em associação ao exercício de comércio, por isso proíbe. ()
- 39 - O material evidencia que condutas proibidas e deveres podem ser objeto de apuração, em especial quando envolvem abandono, inassiduidade ou conflito de interesses. ()
- 40 - O material afirma que o uso de informação privilegiada é aceitável quando beneficia o servidor sem prejudicar terceiros. ()
- 41 - O material aponta que, na agenda climática ambiental, a OACI estabelece compromissos de redução de emissões de carbono do transporte aéreo internacional. ()
- 42 - O material afirma que emissões domésticas são definidas pela OACI e não podem ser tratadas em políticas nacionais. ()
- 43 - O material lista objetivos ambientais com crescimento neutro a partir de 2030 e descarbonização completa até 2040. ()
- 44 - O material aponta como terceiro objetivo a redução de 50% das emissões até 2030 por SAF. ()
- 45 - O material afirma que a ANAC atua, junto com outros órgãos do governo, no Comitê de Proteção Ambiental da Aviação (CAEP) da OACI. ()
- 46 - O material cita que regras de certificação ambiental são estabelecidas pelo Anexo 6, Volumes I, II e III, da Convenção de Chicago. ()
- 47 - O CAEP é citado como comitê da OACI ligado à proteção ambiental da aviação, não sendo um órgão nacional brasileiro. ()

- 48 - O material menciona que o SAF já supera 3% da demanda global de combustíveis de aviação. ()
- 49 - O CORSIA é apresentado como mecanismo exclusivo para emissões domésticas, sem relação com voos internacionais. ()
- 50 - A política de sustentabilidade ambiental da ANAC se limita a gestão de resíduos, sem tratar de emissões de carbono. ()
- 51 - O material diferencia compromissos internacionais no âmbito da OACI de compromissos domésticos, que podem ser tratados como questão soberana e em políticas nacionais. ()
- 52 - O material menciona a descarbonização completa até 2050 como meta de 2030. ()
- 53 - O material afirma que metas só podem ser atingidas por compra de créditos, sem melhorias operacionais ou tecnológicas. ()
- 54 - O material usa a sigla SAF (Sustainable Aviation Fuels) e associa seu uso à redução de emissões. ()
- 55 - O material reconhece a soberania dos Estados quanto às emissões domésticas, situando compromissos no escopo do Acordo de Paris. ()
- 56 - O material descreve a ANAC apenas como executora de políticas de outros órgãos, sem participação em fóruns internacionais. ()
- 57 - O material apresenta objetivos ambientais da OACI e indica adesão do Brasil a esses objetivos. ()
- 58 - O material afirma que o primeiro objetivo ambiental é crescimento neutro de emissões de carbono a partir de 2021. ()
- 59 - O material limita política ambiental a assuntos locais e não menciona Anexo 16 ou descarbonização. ()
- 60 - O material afirma que emissões internacionais são soberanas de cada Estado e que a OACI não tem papel no tema. ()

GABARITO

1E 2E 3C 4E 5C 6E 7E 8C 9E 10E 11C 12C 13C 14E 15C 16C 17E 18E 19C 20C 21E 22E
23E 24C 25C 26E 27E 28E 29C 30E 31C 32E 33E 34C 35C 36C 37E 38E 39C 40E 41C 42E
43E 44E 45C 46E 47C 48E 49E 50E 51C 52E 53E 54C 55C 56E 57C 58E 59E 60E